



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
Comissão de Desenvolvimento Urbano

**REQUERIMENTO N° /2008**  
(da Senhora Deputada **Angela Amin**)

Requer, nos termos regimentais, a realização de **Seminário com o tema “COLÓQUIO SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.”**

Nos termos regimentais, requeiro a realização de **Seminário com o tema “COLÓQUIO SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL”** para discutir e encaminhar propostas que garantam recursos para o setor, no intuito de financiar a construção de habitações de interesse social e diminuir o déficit habitacional em nosso país.

## **JUSTIFICATIVA**

O direito à moradia, desde o ano de 2000, passou a integrar o expressivo rol dos direitos sociais, previstos no artigo 6º da Constituição Federal. A constitucionalização desse direito realça a impescindibilidade da habitação para o bem-estar do ser humano.

Apesar do conjunto de normas que tratam especificamente da questão habitacional no País, a falta de moradias ainda é preocupante. Estimativas fornecidas pelo IBGE informam que o déficit habitacional brasileiro alcança hoje 5,1 milhões de moradias. Como os dados oficiais não incluem os moradores de palafitas, barracos e outras habitações desprovidas de mínima segurança e infra-estrutura básica, pode-se supor, agregando-os



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
Comissão de Desenvolvimento Urbano

aos números originais, que o déficit nacional de habitação pode atingir 15 milhões de unidades, ou seja, algo em torno de 55 milhões de brasileiros.

Os instrumentos legislativos que tratam da habitação popular – apesar dos inquestionáveis avanços que trouxeram – não têm sido suficientes para solucionar o déficit habitacional que penaliza expressiva parcela da população brasileira.

Entende-se que por figurar no rol dos direitos e garantias sociais, também a moradia mereceria tratamento legislativo similar ao dispensado à saúde e à educação. Nesse sentido, será apresentada uma Proposta de Emenda à Constituição para garantir a vinculação constitucional de recursos da ordem de 2% (dois pontos percentuais) das receitas da União e de 1% (um ponto percentual) das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios para financiar o setor e permitir a redução gradual do déficit de moradias no País.

Dessa forma é necessário envidar esforços para discutir propostas que assegurem recursos e possam, efetivamente, permitir o real acesso à moradia para milhões de brasileiros.

Sugerimos a realização do referido evento no dia **12 de agosto do corrente, terça-feira, de 14 às 17:30h, no Auditório Nereu Ramos.**

Para engrandecer os debates sugerimos que sejam convidados em especial:

Deputado **Arlindo Chinaglia** – Presidente da Câmara dos Deputados;

**Márcio Fortes de Almeida** – Ministro de Estado das Cidades;



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
Comissão de Desenvolvimento Urbano

**José Múcio Monteiro** – Ministro das Relações Institucionais e Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social(CDES);

**Paulo Godoy** – Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base(ABDIB) – Conselheiro e Coordenador do GT Agenda da Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do CDES;

**Inês Magalhães** – Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades;

**Gabriel Jorge Ferreira** – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC e Conselheiro do CDES;

**Paulo Safady Simão** – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC e Conselheiro do CDES;

**Carlos Marun** – Secretário de Estado de Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul e Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano;

**Evaniza Rodrigues** – Representante dos Movimentos Sociais da Luta pela Moradia (União Por Moradia Popular);

**Parlamentares e Representantes da Sociedade Civil Organizada.**

Nesses termos, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de agosto de 2008.

Deputada **Angela Amin – PP/SC**